

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 609, DE 25 DE JANEIRO DE 2023

Publica o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, da Justiça Militar da União, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 68 da Lei nº 14.436, de 09 de agosto de 2022.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o disposto no art. 68 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023), como também os termos da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 (Lei Orçamentária Anual para 2023), RESOLVE:

Art. 1º Fica publicado o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, da Justiça Militar da União, para o exercício financeiro de 2023, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme o Anexo Único deste Ato Normativo.

Art. 2º Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LUCIO MARIO DE BARROS GOES

ANEXO ÚNICO

(Anexo Único do Ato Normativo nº 609)

Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União
(art. 68 da Lei nº 14.436/2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023)
Exercício Financeiro de 2023

Até o Mês	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes e Capital	Total
Janeiro	38.100.000,00	16.200.000,00	54.300.000,00
Fevereiro	87.900.000,00	32.400.000,00	120.300.000,00
Março	137.700.000,00	48.600.000,00	186.300.000,00
Abril	187.500.000,00	64.800.000,00	252.300.000,00
Maio	237.300.000,00	81.000.000,00	318.300.000,00
Junho	287.100.000,00	97.200.000,00	384.300.000,00
Julho	336.900.000,00	113.400.000,00	450.300.000,00
Agosto	386.700.000,00	129.600.000,00	516.300.000,00
Setembro	436.500.000,00	145.800.000,00	582.300.000,00
Outubro	486.300.000,00	162.000.000,00	648.300.000,00
Novembro	536.100.000,00	178.200.000,00	714.300.000,00
Dezembro	538.406.123,00	183.956.505,00	722.362.628,00
Total	538.406.123,00	183.956.505,00	722.362.628,00

ATO NORMATIVO Nº 610, DE 25 DE JANEIRO DE 2023

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014 e da Portaria nº 968/STN, de 23 de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro de 2022 a dezembro de 2022.

Art. 2º A publicação do Relatório de que trata o art. 1º, deste Ato Normativo, dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal (alínea a do inciso I do art. 55 da LRF), o demonstrativo das disponibilidades de caixa e restos a pagar (alínea a do inciso III do art. 55 da LRF) e do demonstrativo simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (art. 48 da LRF)

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													Inscritas em restos a pagar não processados (B)	Total Executado (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Total últimos 12 meses (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.936.188,40	36.288.916,12	36.718.032,42	35.721.370,64	35.539.635,79	47.841.090,32	35.433.827,57	35.108.280,15	35.996.132,37	35.486.764,73	54.327.519,94	43.596.319,49	468.994.077,94	7.504.934,47	476.499.012,41
Pessoal Ativo	19.434.509,29	18.798.992,30	19.568.922,37	18.546.137,43	18.388.365,08	22.274.383,15	18.551.071,26	18.468.391,64	18.445.230,04	18.726.169,39	29.044.602,86	26.196.592,49	246.443.367,30	6.007.548,66	252.450.915,96
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	16.256.259,73	15.616.551,75	16.382.892,08	15.401.920,19	15.246.400,05	19.047.702,90	15.406.176,60	15.377.297,89	15.304.609,25	15.586.086,92	22.792.055,75	23.033.776,62	205.451.729,73	6.007.548,66	211.459.278,39
Obrigações Patronais	3.178.249,56	3.182.440,55	3.186.030,29	3.144.217,24	3.141.965,03	3.226.680,25	3.144.894,66	3.091.093,75	3.140.620,79	3.140.082,47	6.252.547,11	3.162.815,87	40.991.637,57	0,00	40.991.637,57
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.501.679,11	17.489.923,82	17.149.110,05	17.175.233,21	17.151.270,71	25.566.707,17	16.882.756,31	16.639.888,51	17.550.902,33	16.760.595,34	25.282.917,08	17.399.727,00	222.550.710,64	1.497.385,81	224.048.096,45
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.174.029,21	10.241.429,13	10.215.731,90	10.223.767,32	10.269.045,28	15.279.899,92	9.994.392,06	10.097.575,13	10.738.477,52	10.125.094,84	15.181.348,76	10.754.197,97	133.294.989,04	951.443,56	134.246.432,60
Pensões	7.327.649,90	7.248.494,69	6.933.378,15	6.951.465,89	6.882.225,43	10.286.807,25	6.888.364,25	6.542.313,38	6.812.424,81	6.635.500,50	10.101.568,32	6.645.529,03	89.255.721,60	545.942,25	89.801.663,85
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	847.859,52	36.259,15	73.631,10	98.319,16	37.291,32	69.967,20	7.049.599,60	16.819.324,14	17.553.436,76	16.780.406,78	25.289.873,05	12.148.003,23	96.803.971,01	951.443,56	97.755.414,57
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	79.418,16	0,00	79.418,16
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	841.241,34	29.640,97	67.012,92	91.700,98	30.673,14	63.349,02	51.373,22	0,00	0,00	102,01	0,00	2.042.440,95	3.217.534,55	0,00	3.217.534,55
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.991.608,20	16.812.705,96	17.546.818,58	16.773.686,59	25.283.254,87	10.098.944,10	93.507.018,30	951.443,56	94.458.461,86
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	36.088.328,88	36.252.656,97	36.644.401,32	35.623.051,48	35.502.344,47	47.771.123,12	28.384.227,97	18.288.956,01	18.442.695,61	18.706.357,95	29.037.646,89	31.448.316,26	372.190.106,93	6.553.490,91	378.743.597,84

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.253.427.306.532,63	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	378.743.597,84	0,030217%



LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.009.961.586,51	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	959.463.507,19	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	908.965.427,86	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 26/01/2023, 20h03min.

Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

3. A metodologia do Tribunal de Contas de União (TCU), constante de layout no Tesouro Gerencial, apresentou diferenças na classificação qualitativa dos lançamentos quando comparada com a metodologia utilizada por este Superior Tribunal Militar. A diferença consta do mês de agosto de 2022 no valor de R\$ 298.629,20 (duzentos e noventa e oito mil seiscentos e vinte e nove reais e vinte centavos) entre as rubricas "vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis" e "aposentadorias, reserva e reformas". Nesse caso, a metodologia deste Tribunal enquadrou esse valor na rubrica de ativos e na metodologia do TCU o valor foi consignado em inativos. Optou-se pelo modelo deste Tribunal, já que a execução efetiva no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI ocorreu na rubrica de ativos.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de caixa bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponib. de caixa líquida (antes da inscrição de restos a pagar não processados do exercício) ¹ (f) = (a - (b + c + d + e))	Restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício (g)	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)	Disponibilidade de caixa líquida (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	42.929.097,44	0,00	367.436,22	2.836.657,28	8.588,15	39.716.415,79	23.489.119,98	0,00	16.227.295,81
100 RECURSOS ORDINÁRIOS	36.802.867,17	0,00	367.436,22	2.836.657,28	8.588,15	33.590.185,52	22.054.165,98	0,00	11.536.019,54
300 RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.428.024,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.428.024,98	1.423.749,00	0,00	4.275,98
150 RECURSOS PROPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.626.199,68	0,00	0,00	0,00	0,00	4.626.199,68	11.205,00	0,00	4.614.994,68
350 RECURSOS PROPRIOS NÃO-FINANCEIROS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	72.005,61	0,00	0,00	0,00	0,00	72.005,61	0,00	0,00	72.005,61
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	10.695.875,40	0,00	296.022,94	2.694.985,01	208.328,05	7.496.539,40	3.801.101,34	0,00	3.695.438,06
127 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	3.108.263,33	0,00	234.226,70	3.027,19	0,00	2.871.009,44	1.513.753,74	0,00	1.357.255,70
151 RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	754.296,68	0,00	0,00	5.200,00	0,00	749.096,68	545.942,25	0,00	203.154,43
153 REC.DEST.AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	133.527,93	0,00	0,00	0,00	0,00	133.527,93	0,00	0,00	133.527,93
156 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	4.733.575,38	0,00	46.817,56	2.686.757,82	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
169 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	951.601,67	0,00	158,11	0,00	0,00	951.443,56	951.443,56	0,00	0,00
188 RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	806.282,36	0,00	14.820,57	0,00	0,00	791.461,79	789.961,79	0,00	1.500,00
190 RECURSOS DIVERSOS	208.328,05	0,00	0,00	0,00	208.328,05	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.624.972,84	0,00	663.459,16	5.531.642,29	216.916,20	47.212.955,19	27.290.221,32	0,00	19.922.733,87

FONTE: TESOURO GERENCIAL, Justiça Militar da União, 23/01/2023, 20h e 03min

Notas:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

Anexo VII - LRF, art. 48.

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
Receita Corrente líquida			R\$ 1.253.427.306.532,63
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		378.743.597,84	0,030217%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		1.009.961.586,51	0,080576%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		959.463.507,19	0,076547%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		27.290.221,32	47.212.955,19

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 26/01/2022, 20h03min.

Gen Ex LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES
Ministro-Presidente

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral

CAMILO REY LAURETO
Diretor de Orçamento e Finanças

ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS
Secretário de Auditoria Interna

